

**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

**Processo nº 00200.021718/2024-69**

**Assunto:** Nova Contratação. Pregão Eletrônico para Registro de Preços. Aquisição, de eletrodomésticos para o Senado Federal.  
**Valor máximo estimado: R\$ 1.247.177,18.**  
Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

**Senhora Diretora-Geral,**

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, destinado a aquisição de eletrodomésticos para o Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 1.247.177,18** (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil e cento e dezessete reais e dezoito centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.085944/2025-87).

A Secretaria de Patrimônio – SPATR justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.084336/2025-55), conforme transcrição a seguir:

**1.2. Justificativa para a contratação****1.2.1. Descrição da situação atual**

Trata-se de fornecimento de eletrodomésticos para atendimento às demandas apresentadas pelos órgãos internos do Senado junto à SPATR pelos meios formais. A contratação do objeto do presente termo de referência visa a proporcionar o atendimento das demandas das unidades administrativas e legislativas do Senado Federal para os subgrupos de materiais eletrodomésticos no período de um ano, especialmente visando o planejamento para o ano de 2026, bem como para o atendimento à demanda das residências funcionais dos parlamentares. O fornecimento de tais objetos se justifica pela necessária substituição dos bens avariados e/ou irrecuperáveis em decorrência do desgaste do uso e do tempo, para realização de atividades laborais ou utilização residencial. Tendo em vista, que parte relevante dos eletrodomésticos em utilização no Senado Federal (áreas funcionais e residências oficiais) possui tempo de uso elevado. Outro ponto, optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, dando à Administração flexibilidade para contratar ou não a depender de suas necessidades. Salienta-se que não há excessos nas especificações descritas neste documento, sendo todas relevantes





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

e necessárias para que o Senado Federal adquira um produto de boa qualidade, não constituindo fator de restrição de competitividade, porém atendendo aos padrões mínimos de qualidade.

Por meio do Ofício nº 366/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.085984/2025-29), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.051739/2025-18, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.084336/2025-55, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal. Conforme se verifica no item 1.2.2 do Termo de Referência, o órgão técnico demonstrou que os quantitativos a serem contratados foram baseados na apresentação de gráficos que ilustram maior volume de aquisição dos itens em anos recentes e o número de itens por anos desde a data de aquisição.

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP foi dispensado para essa contratação, conforme consta da Ata da 3ª Reunião de 2023 do Comitê de Contratações, a qual foi publicada no BASF nº 8849, Seção 1, de 19/06/2023, cópia anexada ao NUP 00100.069810/2025-19.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.051684/2025-46, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 1.247.177,18**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.054784/2025-24, cuja validade é até 24/09/2025.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.060176/2025-59.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.065335/2025-10, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.069896/2025-80.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.072192/2025-94, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 313/2025 (NUP 00100.081874/2025-98) analisou os autos e concluiu que “desde que sejam observadas todas as recomendações constantes do presente opinativo, entende-se que a referida minua poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia”.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.084336/2025-55.





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

Cabe ressaltar que o órgão técnico apresentou justificativa em relação a não aplicação do art.48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 “Em que pese haver itens/ grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00, seu objeto não é a aquisição de bens de natureza divisível, pois comprar desnecessariamente eletrodomésticos de marcas e modelo diferentes prejudica o planejamento para manutenção futura por exigirem peças de reposição e centros de assistência diferentes”.

A ADVOSF fez a seguinte recomendação: “incumbe à autoridade competente por aprovar o Termo de Referência que ampara a presente proposta de licitação fazer o devido juízo de mérito sobre essa questão, acatando ou não a justificativa apresentada para o afastamento no certame pretendido do tratamento favorecido devido às micro e pequenas empresas previsto no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006”.

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Cabe ressaltar que, o órgão jurídico fez a seguinte recomendação: “Em razão da vigência do Decreto nº 11.462/2023 será necessário a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP). O art. 9º1 do referido decreto torna o IRP obrigatório, salvo justificativa específica”. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.085944/2025-87 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, o Senhor Diretor da SADCON opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame; aprovar o termo de referência e a minuta de edital; e, designar os gestores.

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022<sup>1</sup>, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem

<sup>1</sup> Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal.

Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo, portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica esposa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)*

**Guilherme Ferreira da Costa**  
Assessor Técnico

*(assinado eletronicamente)*

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;
2. **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.084336/2025-55); e a minuta de edital (documento nº 00100.085944/2025-87), nos termos propostos;
3. **DISPENSO** o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que o Senado Federal será o único contratante;
4. **APROVO** a justificativa apresentada para o afastamento, no certame pretendido, do tratamento favorecido devido às micro e pequenas empresas previsto no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006;
5. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 17 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL**

**Nº 2547 de 2025**

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.021718/2024-69**,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o titular da **Coordenação de Administração Patrimonial – COAPAT** e o seu substituto formalmente designado, respectivamente, como gestor titular e fiscal técnico, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de maio de 2025.

*(assinado eletronicamente)*  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

